



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

RENAN ANTUNES, Ten Cel Inf

A influência cultural na estratégia de ocupação militar: estudo de caso da conquista de
Alexandre, o Grande, no Egito

Rio de Janeiro

2023

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

RENAN ANTUNES, Ten Cel Inf

A influência cultural na estratégia de ocupação militar: estudo de caso da conquista de
Alexandre, o Grande, no Egito

Trabalho de conclusão de curso apresentado,
como requisito parcial para aprovação, no
Curso Avançado de Comando e Estado-Maior.
Linha de Pesquisa: Poder Militar.
Orientador: Raillander Lage Bonifácio.

Rio de Janeiro

2023

RESUMO

O objetivo deste estudo de caso é analisar como a estratégia de abordagem cultural implementada por Alexandre, o Grande, contribuiu para a conquista pacífica do Egito Antigo. Por meio da identificação dos aspectos culturais envolvidos, verifica-se que a visão egípcia da figura de um governante era baseada na capacidade divina do faraó de manter a ordem e o equilíbrio social. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica revela que a ocupação do Império Persa no Egito gerou divergências culturais, criando um ambiente instável de insurgências e conflitos, levando os persas a empregarem a força constantemente para assegurar seu domínio. O estudo também investiga como Alexandre agiu com uma estratégia diferente dos persas e buscou a legitimidade por meio de ações que atraíssem o apoio dos nativos e provassem sua autoridade. Isso se mostrou crucial para garantir uma ocupação estável e duradoura. A partir da análise comparativa das estratégias adotadas, foram identificados os principais fatores culturais que influenciaram no sucesso do líder macedônio, como religião, tradições, costumes, identidade nacional e cultural, educação, idioma e políticas de governo. Conclui-se que ao considerar a cultura local, as lideranças militares podem adaptar suas abordagens, conquistar a confiança das comunidades envolvidas e aumentar as chances de sucesso em operações militares. Essa compreensão é relevante para o planejamento estratégico da Força Aérea Brasileira e contribui para futuros estudos sobre a Guerra de Quinta Geração.

Palavras-chave: estratégia; cultura; Alexandre o Grande; Egito.

ABSTRACT

The purpose of this case study is to analyze how the cultural approach strategy implemented by Alexander the Great contributed to the peaceful conquest of Ancient Egypt. By identifying the cultural aspects involved, it becomes apparent that the Egyptian view of a ruler was based on the pharaoh's divine ability to maintain order and social balance. In this sense, bibliographic research reveals that the Persian Empire's occupation of Egypt generated cultural divergences, creating an unstable environment of insurgencies and conflicts, leading the Persians to constantly employ force to ensure their dominion. The study also investigates how Alexander acted with a different strategy from the Persians and sought legitimacy through actions that attracted the support of the natives and proved his authority. This proved crucial in ensuring a stable and lasting occupation. Through a comparative analysis of the adopted strategies, the main cultural factors that influenced the success of the Macedonian leader were identified, such as religion, traditions, customs, national and cultural identity, education, language, and government policies. It is concluded that by considering the local culture, military leaders can adapt their approaches, gain the trust of the communities involved, and increase the chances of success in military operations. This understanding is relevant to the strategic planning of the Brazilian Air Force and contributes to future studies on Fifth-Generation Warfare.

Keywords: *strategy; culture; Alexander the Great; Egypt.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura social no Egito Antigo	15
Figura 2 – O faraó, como defensor da Maat, lutando contra as forças do caos	17
Figura 3 – Nome do faraó Alexandre em escrita hieroglífica	24
Mapa 1 – Trajetória da campanha de Alexandre, o Grande	21
Quadro 1 – Causas de instabilidade da ocupação militar persa no Egito	20
Quadro 2 – Comparação entre as campanhas militares de conquista no Egito	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5GW	<i>Fifth-Generation Warfare</i>
CG	Centro de Gravidade
FAB	Força Aérea Brasileira
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
ONU	Organização das Nações Unidas
TO	Teatro de Operações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA	10
3	REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1	A importância da cultura na guerra	11
3.2	Alexandre, o grande estrategista	13
4	APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS	15
4.1	A ordem social segundo a cultura egípcia (OE1)	15
4.2	A lição aprendida com os persas (OE2)	17
4.3	A conquista do território através da cultura (OE3)	20
4.4	A manutenção da conquista territorial (OE3)	24
4.5	Análise das estratégias de ocupação militar (OE4)	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Napoleão Bonaparte é amplamente reconhecido como um dos maiores estrategistas militares da história da humanidade. Sua notável capacidade de planejamento, táticas ousadas e habilidades de liderança lhe renderam numerosas vitórias durante o período das Guerras Napoleônicas. Além disso, teóricos como o general William S. Lind *et al.* (1989) consideram Napoleão como um dos pioneiros da teoria da Guerra de Primeira Geração, um marco importante nos estudos da guerra, caracterizada pela mobilização em massa, conflitos em larga escala e o uso de formações lineares de infantaria. Entre os pensadores clássicos que foram influenciados por suas conquistas militares está o general Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz, que teve a oportunidade de enfrentar as poderosas forças napoleônicas em campo de batalha.

Em seu livro *The Mask of Command*, o renomado historiador militar John Keegan (1987) destaca a relação entre Clausewitz e Napoleão, e como a estratégia militar do general francês desempenhou um papel significativo na obra mais influente de Clausewitz, o livro *Da Guerra*. Essas conexões entre Napoleão e os teóricos da guerra demonstram o impacto duradouro que suas conquistas tiveram no campo militar e na evolução da estratégia.

No entanto, ao considerarmos Napoleão como um influenciador das teorias da guerra contemporânea, é importante questionar quais foram as suas próprias influências. Embora seja verdade que Napoleão tenha deixado um legado inegável em termos de estratégia militar, é igualmente crucial reconhecer que ele também se baseou em influências e ideias preexistentes. Suas campanhas militares foram moldadas por experiências anteriores, como as estratégias de guerra utilizadas por generais e líderes militares do passado.

Napoleão era um estudioso da história militar e nutria profunda admiração por uma grande personalidade: o rei Alexandre III da Macedônia, conhecido como Alexandre, o Grande. Napoleão o considerava mais do que um simples monarca; ele era um visionário e um homem culto que sabia como combinar a arte da guerra com a civilização.

Alexandre é lembrado como um dos maiores conquistadores de todos os tempos, cujo império se estendia desde a Grécia até o Egito e a Índia, sendo reverenciado por suas habilidades militares notáveis, liderança carismática e visão estratégica audaciosa. Seu legado transcende a esfera militar, pois também é reconhecido como um patrono da cultura, promovendo o intercâmbio entre as civilizações que conquistou. A influência de Alexandre, o Grande, perdura até os dias atuais, sendo objeto de estudo e fonte de inspiração para líderes e estrategistas ao redor do mundo.

Alexandre nasceu em 356 a.C. em Pela, antiga capital da Macedônia, e foi coroado rei com apenas 20 anos de idade após a morte de seu pai, Filipe II. Desde cedo, Alexandre demonstrou grande habilidade militar e um espírito ambicioso, e seu desejo de conquistar o mundo o levou a se lançar em uma campanha épica que duraria 13 anos. Logo após a sua coroação, Alexandre consolidou seu poder na Grécia, derrotando Atenas e Tebas. Em seguida, ele seguiu para a Ásia Menor, onde enfrentou e derrotou o Império Persa do poderoso rei Dario III em uma série de batalhas. Morais e Figueiredo (2018, p. 26) descreveram que “Dario foi para uma guerra fundamentado na superioridade material; Alexandre uniu o físico ao intelectual. Fez da batalha uma verdadeira arte, a Arte da Guerra”. Dessa maneira, acompanhado de sua força militar, ele viveu um dos episódios mais marcantes de sua história: a conquista do Egito.

Por diversas razões, a ocupação militar no Egito era um objetivo estratégico para alcançar o estado final desejado de conquista da Ásia. O país era um dos principais produtores de grãos do mundo antigo, com uma economia agrícola próspera e rica em minerais, como ouro, prata e cobre. O controle desses recursos seria de extrema importância para alcançar a superioridade necessária para derrotar seus inimigos e estender seu domínio sobre a região. No entanto, diferente de outros cenários encontrados durante sua campanha militar, cuja conquista territorial se deu através de batalhas sangrentas, o Egito apresentou a possibilidade de ser ocupado sem fazer uso da violência. Para garantir esse feito, Alexandre articulou uma estratégia cultural para obter a legitimidade e a aceitação como governante.

Conseqüentemente, esse evento histórico desperta inquietações acerca da condução de sua campanha militar e do potencial de aprendizado para o desenvolvimento e aplicação de estratégias militares eficazes nos tempos modernos. Com o objetivo de realizar um estudo de caso nesse contexto, propõe-se a seguinte problemática de pesquisa: De que forma a estratégia de abordagem cultural adotada por Alexandre, o Grande, permitiu a ocupação do território egípcio sem o uso da força ou coerção?

Considerando a hipótese de que a compreensão da cultura do oponente é uma habilidade essencial para alcançar objetivos estratégicos em uma guerra, se pressupõe que o líder militar deve saber identificar as características culturais que possam favorecer o seu planejamento.

Para corroborar essa tese, o presente artigo propõe estudar os elementos culturais que exerceram influência sobre a campanha militar de Alexandre, o Grande, em comparação com a ocupação precedente do Império Persa, levando em consideração a estrutura social e as crenças da sociedade egípcia.

Considerando o problema em estudo, foi estabelecido o seguinte Objetivo Geral (OG) para o trabalho: Analisar como a estratégia de abordagem cultural implementada por Alexandre, o Grande, contribuiu para a conquista pacífica do Egito Antigo.

Portanto, para atingir o OG deste estudo, foram formulados os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1 - Identificar as principais características culturais do Egito Antigo que influenciavam no reconhecimento da legitimidade de um governante;

OE2 - Investigar os principais motivos de insucesso da ocupação do Império Persa que precedeu Alexandre, o Grande, no Egito;

OE3 - Investigar as principais realizações de Alexandre para efetivar a conquista territorial e cultural do Egito; e

OE4 - Comparar os aspectos das campanhas militares do Império Persa e de Alexandre, com as teorias de influência cultural na guerra.

O estudo de conflitos históricos sob a ótica de teorias contemporâneas da guerra, com especial atenção para a influência cultural, desempenha um papel crucial para a elaboração de estratégias militares de sucesso para a Força Aérea Brasileira (FAB). A história fornece exemplos concretos de como a cultura pode afetar a percepção e a motivação dos combatentes. Compreender como fatores culturais afetaram o desenvolvimento e os resultados de conflitos passados oferecem um panorama rico em informações que podem ser aplicadas no presente. Entender as motivações e os valores dos atores envolvidos em conflitos anteriores pode auxiliar na formulação de estratégias de comunicação e persuasão eficazes. Ao considerar as percepções da cultura local, a FAB pode adaptar sua abordagem de modo a ganhar a confiança e o respeito das comunidades envolvidas, o que é fundamental para o sucesso em operações militares especialmente na região Amazônica, onde é comum o contato com diferentes etnias indígenas. O conhecimento dessas características culturais permite à FAB estabelecer uma abordagem adequada e evitar mal-entendidos. Além disso, a aproximação cultural pode contribuir com as operações militares através do apoio da comunidade na obtenção de informações de inteligência no Teatro de Operações (TO). Dessa forma, a Força Aérea Brasileira pode cumprir com êxito a sua missão primordial de integração do território nacional e de defesa da nação¹.

¹ Conforme consta no Livro Branco de Defesa Nacional (2020, p. 88), a Força Aérea Brasileira tem como missão "manter a soberania no espaço aéreo e integrar o território nacional com vistas à defesa da Pátria".

2 METODOLOGIA

Este trabalho teve como método a realização da pesquisa bibliográfica para análise da influência cultural em conflitos armados, sendo delimitado ao período histórico da conquista do Egito Antigo pelo Império Persa e, posteriormente, por Alexandre, o Grande.

Para fundamentar as teorias da guerra na presente pesquisa, optou-se por adotar o autor John Keegan como referencial teórico devido à sua abordagem cultural da guerra, considerada mais apropriada e aprofundada para o tema a ser analisado. No entanto, vale ressaltar que a limitação encontrada nas suas obras reside no fato de que suas teorias são estruturadas por meio de diversos exemplos históricos, não fornecendo uma sistematização direta de seu pensamento no texto. Sendo assim, foram estabelecidas premissas baseadas nas suas ideias e organizadas de maneira a viabilizar a análise.

Para realizar a pesquisa histórica do evento em questão, optou-se por utilizar as contribuições do historiador Peter Green, especialista no estudo sobre as Guerras Greco-Persas até a Era Helenística, que inclui o período delimitado neste trabalho. As dificuldades enfrentadas, neste caso, têm relação com a limitação de fontes primárias² disponíveis sobre o assunto, o que pode comprometer a precisão, confiabilidade e validade dos resultados obtidos.

As seguintes ações de pesquisa foram direcionadas para a consecução dos Objetivos Específicos (OE1 a OE4) do presente trabalho:

Inicialmente, para atingir o OE1, foi realizada a pesquisa bibliográfica em artigos de egiptologia³, o que permitiu compilar as principais informações para a construção do arcabouço teórico necessário sobre as características culturais do Egito Antigo. Em seguida, empregou-se a técnica de pesquisa bibliográfica em obras históricas para extrair informações relevantes e significativas para investigar as conquistas dos persas e de Alexandre no Egito. Essa foi uma etapa importante para atingir os OE2 e OE3. Finalmente, para alcançar o OE4, adotou-se uma abordagem metodológica baseada na análise comparativa, que envolveu a comparação dos diversos aspectos identificados durante a pesquisa histórica sobre as duas conquistas. Os principais aspectos em comum e suas diferenças foram organizados e relacionados às premissas previamente estabelecidas e fundamentadas no pensamento de Keegan. Por meio dos fatores identificados, o Objetivo Geral deste estudo foi alcançado.

² Fontes primárias são documentos ou materiais que fornecem informações originais que foram produzidas durante o tempo em que o evento ocorreu ou por pessoas que testemunharam ou estiveram diretamente envolvidas nele.

³ A Egiptologia é uma disciplina acadêmica dedicada ao estudo do antigo Egito, abrangendo diversos aspectos como história, arte, arqueologia, religião e cultura da civilização egípcia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A importância da cultura na guerra

O historiador britânico John Keegan é reconhecido como um dos principais teóricos contemporâneos sobre a guerra, destacando-se em obras como *The Mask of Command*, na qual aborda a liderança de grandes comandantes e dedica um capítulo exclusivo a Alexandre, o Grande; e em sua obra clássica *Uma História da Guerra*, na qual faz críticas contundentes à abordagem clássica do prussiano Carl von Clausewitz, outro proeminente teórico militar.

A crítica de Keegan a Clausewitz pode ser resumida em alguns pontos-chave. Em primeiro lugar, Keegan questionou a sua visão de que a guerra é uma continuação da política por outros meios. Enquanto Clausewitz (1946) enfatizava que o objetivo político é o ponto central na condução da guerra, tendo a violência e a incerteza como elementos intrínsecos ao seu contexto, Keegan (1995) argumentou que a guerra é mais do que uma mera ferramenta política e que seu caráter é profundamente influenciado por fatores culturais.

A cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam; nos inexoráveis debates acadêmicos entre “natureza e cultura”, é a escola da cultura que obtém mais apoio dos espectadores. Somos animais culturais e é a riqueza de nossa cultura que nos permite aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar que sua expressão é uma aberração cultural. (KEEGAN, 1995, p. 20).

Outra crítica de Keegan a Clausewitz estava relacionada à abordagem estratégica. Clausewitz dava ênfase à busca do Centro de Gravidade (CG) do inimigo e à necessidade de concentração de forças. Keegan (1995), por outro lado, argumentava que a guerra é uma atividade mais complexa e multifacetada, na qual fatores culturais, tecnológicos e geográficos desempenham papéis cruciais. Ele enfatizava a importância de compreender a diversidade de estratégias e táticas adotadas em diferentes contextos históricos e culturais.

Quando Lemos (2011) comparou Clausewitz e Keegan em relação à visão particular de cada autor no que se refere à influência da cultura na guerra, ele chegou à conclusão de que Keegan possui uma abordagem mais aberta e pluralista do que Clausewitz, que possui uma óptica mais limitada e restritiva.

Clausewitz, em sua teoria sobre a guerra, não dedicou muito tempo para discutir a cultura, priorizando outros aspectos considerados mais importantes na condução da guerra, como a política e a economia. Para Clausewitz (1946), a cultura influencia a guerra de maneira secundária, uma vez que a guerra é um instrumento político que busca alcançar objetivos políticos e estratégicos. Já a abordagem de Keegan é mais adequada para entender a

complexidade da natureza da guerra que envolve múltiplos fatores e culturas diferentes, por tal motivo, esse pensador foi selecionado como referencial teórico da presente pesquisa.

Keegan apresenta, assim, diferentes exemplos de sociedades em que a guerra assume situações impensáveis se apreendidas por uma ótica clausewitziana: para os polinésios da Ilha de Páscoa, os zulus da África, os mamelucos do Oriente Médio ou os guerreiros samurais do Japão, a guerra desempenhava papéis completamente diferentes, especialmente para os zulus e mamelucos para quem, segundo Keegan, a política seria a continuação da guerra por outros meios – uma inversão da noção clausewitziana. (LOUREIRO; RIBEIRO, 2020, p. 315).

A crítica de Keegan a Clausewitz trouxe uma perspectiva inovadora e ampliou o escopo da teoria militar. Ao destacar a importância da cultura, das emoções e da experiência humana na guerra, Keegan trouxe uma abordagem mais abrangente e contextualizada para a compreensão dos conflitos armados. Isso não implica em uma rejeição completa das contribuições do teórico prussiano, mas ele defende que “o pensamento de Clausewitz está incompleto.” (KEEGAN, 1995, p. 19). Por isso, Keegan buscou complementar e aprimorar as teorias existentes, trazendo novas perspectivas e enfatizando aspectos que ele considerava fundamentais para uma compreensão mais abrangente da guerra. Na opinião de Keegan (1995, p. 28), Clausewitz falhou em não “ter percebido que a guerra abarca muito mais do que a política, que é sempre uma expressão da cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura”.

As diferenças culturais também causam influência na forma como os soldados são treinados e preparados para o combate. Na visão de Keegan (1987), a cultura militar sempre ditou a maneira como os líderes são treinados e preparados para a guerra. Assim, a maneira como as Forças Armadas são organizadas, equipadas e lideradas varia de acordo com a cultura de cada sociedade. A cultura nacional está intimamente ligada à cultura militar, uma vez que os militares são considerados como defensores da nação e de suas tradições. Nesse sentido, as batalhas e as guerras são eventos culturais que moldam a identidade de um povo e influenciam a sua história (LOUREIRO; RIBEIRO, 2020).

Compreender a cultura social de uma nação também é importante para prever o desempenho das suas forças militares. Segundo Fowler (2016), a cultura influencia a efetividade militar de três maneiras principais. Em primeiro lugar, a cultura pode afetar a disposição de uma sociedade para lutar. Em segundo lugar, a cultura pode influenciar a forma como uma sociedade se prepara para a guerra, incluindo sua capacidade de mobilização de recursos e sua habilidade em adotar táticas e estratégias eficazes. Finalmente, a cultura pode afetar como as tropas são lideradas e como elas se comportam em combate.

Dependendo como uma sociedade se prepara para a guerra, também determina a sua capacidade de adotar táticas e estratégias eficazes. As diferenças culturais podem levar a diferentes abordagens estratégicas, sendo que algumas sociedades podem ser mais propensas a adotar estratégias mais agressivas e outras podem preferir abordagens mais defensivas. Além disso, a cultura pode influenciar a forma como uma sociedade adota inovações militares, como novas tecnologias ou táticas de combate, e como essas inovações são incorporadas às estratégias existentes.

Por fim, Fowler (2016) enfatiza que o estudo da história pode ajudar a identificar padrões e tendências em conflitos militares e como eles foram resolvidos, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias mais eficazes. Ele argumenta que o estudo da história pode fornecer lições valiosas para a efetividade militar presente e futura, permitindo que as sociedades aprendam com as lições do passado e evitem os erros cometidos por outras sociedades.

3.2 Alexandre, o grande estrategista

Napoleão Bonaparte afirmava que a melhor educação militar era estudar a vida de Alexandre, o Grande (KEEGAN, 1987). O jovem príncipe macedônio foi treinado desde cedo por importantes mentores da Arte da Guerra (TARN, 1948), mas além de ter recebido um rígido treinamento militar, a sua capacidade estratégica também foi construída através da educação que ele teve com uma das maiores personalidades de sua época: o pensador Aristóteles, defensor de que o estudo da história, da literatura, da filosofia e das artes seria essencial para compreender as complexidades da vida e para tomar decisões mais informadas.

Aristóteles foi contratado pelo pai de Alexandre, o rei Filipe II da Macedônia, para ser o tutor do seu filho. Durante o tempo em que Alexandre estudou com Aristóteles, ele recebeu uma educação ampla e diversificada, que incluía História, Política, Filosofia, Retórica, Música e Ciências Naturais. Curiosamente, John Keegan parece discordar de Aristóteles ao compará-lo com Clausewitz no seu livro *Uma História da Guerra*:

"O homem é um animal político", disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar. (KEEGAN, 1995, p. 19).

Embora Keegan (1995, p. 64) afirme que “a crença de Clausewitz na primazia da política sobre a cultura não era uma exclusividade sua, mas uma posição dos filósofos ocidentais desde Aristóteles”, o famoso pensador grego não deixou por escrito o seu ponto de

vista direto sobre a influência cultural na guerra. Mesmo assim, é possível inferir elementos que se relacionam com a estratégia militar através de sua visão de cultura, que considerava um elemento importante na formação moral e ética dos indivíduos. Esses valores costumam ser aplicados na formação militar ocidental até os dias atuais.

É provável que a educação que Alexandre recebeu de Aristóteles teve um impacto significativo em sua personalidade e liderança. Alexandre cresceu e se tornou um líder visionário e corajoso, que valorizava a cultura e a educação, e aplicaria na prática os ensinamentos adquiridos na sua juventude durante a sua épica campanha militar.

Atualmente, tudo o que sabemos sobre sua história de vida e realizações militares está baseado em relatos de historiadores como Plutarco, Arriano, Diodoro Sículo e Quinto Cúrcio Rufo. O problema é que Alexandre morreu em junho de 323 a.C. e tais relatos foram escritos muito tempo após sua morte, por volta dos séculos I e II d.C. Dessa forma, as narrativas tomam como base fontes que muitas vezes não eram confiáveis ou estavam incompletas. Além disso, Silva (2020) destaca que esses escritores tinham uma tendência a romantizar a vida de Alexandre. Por isso, é necessário abordar essas fontes com um olhar crítico e analítico.

A pesquisa histórica realizada neste trabalho foi centrada nos estudos do autor contemporâneo Peter Green (2013), que descreve Alexandre, o Grande, como uma figura de grande carisma, astúcia e ambição, que foi movido por um desejo insaciável de conquistar e explorar o mundo. Segundo o autor, Alexandre possuía uma personalidade multifacetada, que era tanto um guerreiro feroz quanto um patrono das artes, literatura e filosofia.

Na visão de Green (2013), Alexandre era interessado em outras culturas e religiões e buscava assimilar o que considerava o melhor dessas tradições. Ele possuía habilidade como estrategista militar e comandante, e foi responsável por muitas das conquistas militares mais impressionantes da história antiga. Suas táticas eram inovadoras e ousadas, tendo a capacidade de inspirar lealdade em seus homens e ganhar a confiança de seus inimigos.

Foi esse Alexandre flexível e adaptável que no ano de 332 a.C., durante a sua campanha militar de conquista do mundo antigo, chegou ao Egito para ocupar o seu território e colocou em prática todo o conhecimento que havia adquirido na juventude. Em vez de buscar uma vitória total e esmagadora a qualquer custo, como Clausewitz (1946) defendeu para alcançar objetivos políticos, ele adotou uma estratégia de conquista sem o uso da força, voltada a conquistar não apenas territórios, mas também as mentes e os corações das pessoas, incorporando aspectos da cultura e religião.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

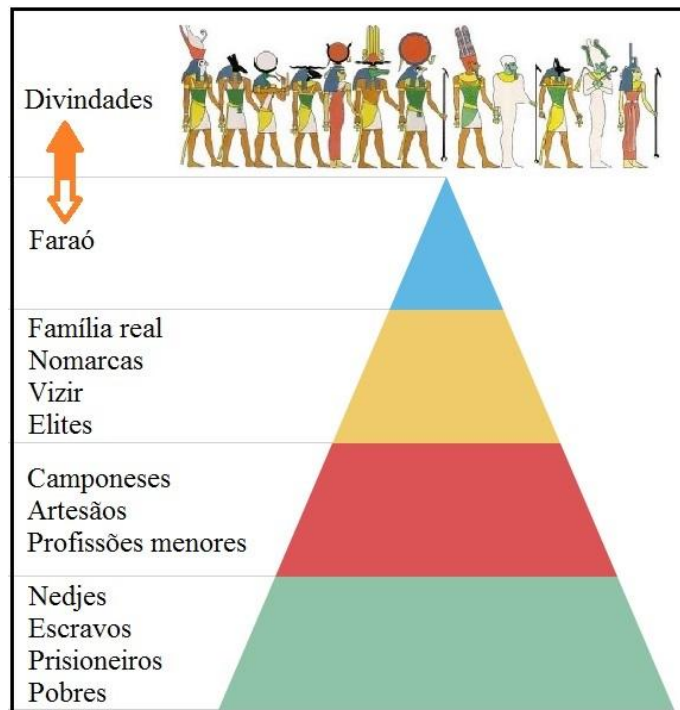
Para compreender as realizações de Alexandre, o Grande, que permitiram a conquista bem sucedida do Egito sem a necessidade de aplicar a força coercitiva, é essencial ter um entendimento da visão de governo enraizada na cultura egípcia e comparar as estratégias militares dos persas e dos macedônios durante a ocupação no Egito.

4.1 A ordem social segundo a cultura egípcia (OE1)

O Egito é uma das civilizações mais antigas da nossa história, com uma rica herança cultural que abrange milênios de desenvolvimento. A cultura egípcia remonta há tempos antigos, iniciando-se no período pré-dinástico, por volta de 3.100 a.C., quando o Alto e o Baixo Egito foram unificados sob um governo central. Essa unificação deu origem à primeira dinastia e marcou o início de uma sociedade altamente estruturada e complexa que deixou um legado de arquitetura monumental, obras de arte impressionantes e avanços significativos nas áreas da agricultura, ciência e religião.

Como a maioria das sociedades modernas, a estrutura social do Egito Antigo era organizada de forma hierárquica (FROOD, 2010), com diversos grupos ocupando posições distintas, conforme a simplificação abaixo:

Figura 1 - Estrutura social no Egito Antigo.



Fonte: O autor.

Na base da pirâmide social estão os *nedjes*, escravos, prisioneiros e pobres. Os *nedjes* são reconhecidos como "pessoas comuns" de baixo status social e estavam envolvidos em tarefas menos prestigiadas, como trabalhos domésticos e agricultura. Os escravos eram pessoas que podiam ser vendidas, enquanto os prisioneiros não podiam ser vendidos como propriedade. Por fim, existem os pobres que não tinham qualquer posição social de prestígio.

A próxima camada da sociedade era composta por camponeses, artesãos⁴ e trabalhadores de profissões menores. Na camada seguinte estava a classe da nobreza⁵, em que se encontravam os membros da família real, *nomarcas* (governantes de províncias nomeados pelo faraó), o *vizir* (o segundo na administração do reino) e outras elites.

O faraó ocupava uma posição exclusiva e estava abaixo apenas da esfera sagrada que consistia nas divindades veneradas pelo povo. O termo "faraó" se relaciona a um tipo de rei específico para o antigo Egito. O faraó era o governante supremo, considerado divino e visto como um elo entre os deuses e os mortais (CARDOSO, 2013). Portanto, a figura do faraó era responsável por controlar os assuntos políticos, administrar a economia, supervisionar os rituais religiosos e garantir a ordem e a estabilidade do Egito. Dessa forma, podemos reconhecer o sistema de governo egípcio como uma monarquia teocrática, na qual o faraó era mais do que um simples governante político; ele era considerado um deus encarnado que exercia poderes que ultrapassam os limites terrenos.

Outro aspecto importante para entender a autoridade divina do faraó é o conceito de Maat. Na cultura do Egito Antigo, este conceito era de extrema importância e permeava todos os aspectos da vida. Maat era um princípio fundamental que representava a ordem cósmica, a justiça, a verdade, o equilíbrio e a harmonia no universo. Maat também era considerada a base para a conduta moral e ética dos indivíduos. Além de seu significado espiritual e moral, Maat também tinha implicações práticas na sociedade egípcia. As leis e regulamentos foram desenvolvidos com base nos princípios de Maat, buscando estabelecer uma governança justa e equilibrada.

A relação do faraó com Maat era de extrema importância, pois ele era visto como o principal guardião da ordem cósmica e da justiça divina. O faraó era encarregado de estabelecer e fazer cumprir leis justas, promover a igualdade social, proteger os fracos e punir

⁴ Os artesãos desempenhavam um papel crucial na sociedade egípcia, sendo responsáveis por criar objetos, construir monumentos e realizar pinturas nas paredes. No entanto, é provável que a maioria deles fosse analfabeta, o que significa que eles não possuíam conhecimento da escrita hieroglífica (BAINES, 1983).

⁵ Estima-se que a nobreza era composta de 1% a 5% da sociedade egípcia e eram os únicos que tinham acesso à educação e à alfabetização.

os transgressores. Além disso, ele era responsável por realizar rituais e cerimônias religiosas como elo dos deuses (FERGUSON, 2016).

A relação entre o faraó e Maat era simbolizada na arte, principalmente nas cenas de guerra onde o seu poder era investido para preservar Maat (MOLINERO; SOLA, 2000). Na Figura 2, é possível ver essa simbologia através da arte do rei Tutankamon com sua tropa, representados de forma simétrica e com os pés plantados no chão, alinhados e ordenados, significando o equilíbrio e a harmonia. Por outro lado, os inimigos são representados flutuando na imagem, simbolizando o caos e a desordem.

Figura 2 - O faraó, como defensor da Maat, lutando contra as forças do caos.



Fonte: Adaptado de Forget (2012).

Acreditava-se que a prosperidade do Egito dependia diretamente da capacidade do faraó de manter a Maat. No entanto, se isso não estivesse ocorrendo, poderia ser resultado de diversos fatores, como desequilíbrio cósmico, transgressões morais, desobediência às leis de Maat ou até mesmo a influência de forças adversas. Nessas situações, os egípcios consideravam que o faraó deveria buscar restabelecer a ordem e o equilíbrio (CARDOSO, 2013), sendo que a capacidade de enfrentar o caos e restaurar a Maat era vista como prova de sua legitimidade divina e de sua conexão com os deuses.

4.2 A lição aprendida com os persas (OE2)

A cultura do Egito floresceu e se consolidou ao longo de aproximadamente 2.500 anos, até que, em 525 a.C., o país foi invadido por Cambises II, o rei da dinastia Aquemênida, que governava a Pérsia. Fundado por Ciro, o império abrangia uma vasta extensão territorial que incluía regiões como a Mesopotâmia e a Ásia Menor. Eles possuíam um sistema administrativo eficiente, com uma rede de estradas, correios e uma moeda unificada.

Cambises II, herdeiro de Ciro, aproveitou a instabilidade interna que ocorria no Egito naquele período e lançou uma campanha militar para conquistar o país. As forças persas eram

superiores em termos de organização e armamento, o que lhes deu vantagem significativa sobre os egípcios. Após ser derrotado na cidade de Pelúcio, o restante do exército egípcio recuou para a capital Mênfis, mas em pouco tempo a cidade também foi conquistada. Psammetichus III, o faraó egípcio, foi capturado e feito prisioneiro. Os persas costumavam submeter os governantes derrotados à condição de vassalos do império, o que foi feito a princípio, mas a situação mudou quando Psammetichus foi acusado de incitar insurgências e foi executado.

Para governar o Egito, os persas estabeleceram seu modelo padrão de administração centralizada que era feito por um governador, conhecido como sátrapa. Ele tinha amplos poderes e era responsável pela coleta de impostos, manutenção da ordem e aplicação das leis persas. Diferente das tradições egípcias, o governador era um administrador e não tinha vínculo direto com os rituais religiosos.

Na economia do Egito, a dominação persa trouxe principalmente mudanças na política. A introdução da moeda foi um marco significativo, uma vez que nessa época não havia um sistema monetário estabelecido no país. A moeda persa adotada foi o darique, uma moeda de ouro padronizada e com valor estável, que permitiu mensurar o valor dos produtos e serviços com base em uma unidade monetária comum. O interesse na padronização monetária visava facilitar a cobrança de impostos.

No entanto, não foi apenas a cobrança de impostos que fez o domínio persa no Egito ser instável e cheio de desafios. As diferenças culturais entre os persas e os egípcios desempenharam um papel significativo na dificuldade de estabelecer um controle pacífico e duradouro sobre a região. O início do governo de Cambises II foi marcado por uma série de ações desastrosas, visando enfraquecer o poder do sacerdócio egípcio. Essas ações incluíram a destruição de templos, zombaria das crenças religiosas e, de acordo com relatos, ele teria pessoalmente matado o touro sagrado, Ápis. Essas atitudes representaram uma grave afronta à religião egípcia e causaram grande consternação entre a população local (GREEN, 2013).

Os persas seguiam o zoroastrismo, uma religião monoteísta, enquanto o Egito tinha uma rica tradição religiosa politeísta, com uma variedade de deuses e crenças complexas. Ao longo dos anos, os persas não chegaram a proibir a prática da religião egípcia, porém, um decreto restringiu o uso de madeira e animais nas cerimônias religiosas (BRESCIANI, 1985), causando assim mais tensão cultural.

Além das diferenças religiosas, havia distinções nos costumes, tradições sociais e identidade cultural. Os egípcios tinham sua própria estrutura social, costumes e tradições, que eram diferentes dos persas. A imposição de uma administração persa centralizada e a

nomeação de governadores estrangeiros criou ressentimento entre os egípcios e levou a uma maior resistência. A presença de funcionários persas e sua influência nas práticas governamentais também foram percebidas como uma interferência estrangeira indesejada. A barreira linguística foi outro fator que dificultou a comunicação e a compreensão mútua entre os administradores persas e a população egípcia.

Os egípcios tinham um senso de identidade cultural e nacional orgulhoso, com uma longa história de civilização e um forte apego a suas tradições. A presença persa era vista como uma intrusão estrangeira em sua terra e cultura. Apesar dos esforços para administrar o Egito e estabelecer sua autoridade, as divergências culturais, a luta pelo domínio da identidade e autonomia egípcias continuaram a alimentar revoltas e rebeliões ao longo do período persa no Egito.

Foi assim que ocorreu um período de independência temporária do Egito depois de uma insurgência bem sucedida que teve início em 404 a.C. e, depois de várias batalhas, os egípcios expulsaram as forças persas do país e estabeleceram um governo independente.

No entanto, a independência egípcia durou apenas 62 anos. Em 343 a.C., o rei persa Artaxerxes III avançou com sua tropa ao Egito que estava sendo governado pelo faraó Nectanebo II, da 30ª Dinastia. Os persas estabeleceram uma posição estratégica em Pelúcio e, pouco depois, outras cidades fortificadas foram conquistadas, abrindo caminho pelo rio Nilo para a marinha persa, que avançou em direção a Mênfis, a capital do Egito. Nectanebo II havia se refugiado em Mênfis na esperança de resistir aos persas em sua capital. No entanto, esse movimento acabou sendo um erro grave, pois seus soldados interpretaram isso como um recuo e se sentiram fragilizados. Ao fracassar, Nectanebo II decidiu reunir seus bens e fugir para Tebas, no sul do país, e depois para a Núbia, onde teria morrido entre 342 e 341 a.C. (KRAUSE, 2018).

De acordo com algumas fontes clássicas, Artaxerxes III teria incorrido na mesma conduta violenta e desrespeitosa de Cambises II. Ele foi acusado de matar e compartilhar em refeição com seus amigos o touro sagrado Ápis, substituindo-o por um asno para ser adorado pelos egípcios. Além disso, ele teria saqueado diversos templos (BRESCIANI, 1985).

O domínio persa foi restaurado, mas trouxe de volta os tempos de instabilidade na vida cotidiana do Egito. Conforme Fowler (2016) observou, quando o fator cultural é negligenciado no contexto do poder militar, os líderes mundiais, comandantes militares e até estudiosos renomados podem tomar decisões políticas, operacionais e teóricas com parcialidade de informações. Prova disso foi um período intermitente de aproximadamente

200 anos de ocupação persa no Egito, em que podemos identificar as principais causas de instabilidade conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Causas de instabilidade da ocupação militar persa no Egito.

Aspectos	Motivos
Político	Controle centralizado
Econômico	Exploração econômica
Cultural	Diferenças religiosas
	Diferenças de linguagem
	Conflitos de costumes e tradições

Fonte: O autor.

Ao considerar a crença original dos egípcios de que o faraó, como representante religioso legítimo, também deveria assumir responsabilidades políticas e econômicas, algo que não acontecia no modelo persa de governo, podemos inferir que, na verdade, a influência cultural exerceu impacto em todos os aspectos estudados. Essa divergência permitiu um ambiente propício para insurgências e conflitos, levando os persas a empregarem constantemente a coerção para buscar o controle durante todo o período da sua ocupação.

4.3 A conquista do território através da cultura (OE3)

Alexandre, o Grande, iniciou sua campanha militar na Ásia Menor com o objetivo de expandir seu império e conquistar novas terras. Após enfrentar várias batalhas e consolidar seu domínio na região do Levante, ele decidiu marchar em direção ao Egito, que estava sob o controle persa desde 525 a.C. Com determinação, Alexandre liderou suas tropas em uma marcha de aproximadamente 210 km até chegar a Pelúcio⁶ em apenas uma semana.

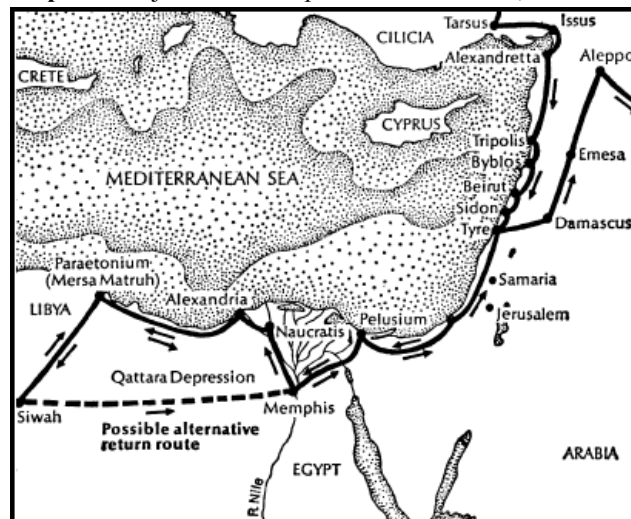
Quando Alexandre e suas tropas chegaram a Pelúcio, eles foram surpreendidos com a recepção de uma multidão extasiada de egípcios que os viam como libertadores. Green (2013) lembra que, durante dois séculos, os persas foram considerados como opressores ímpios, contra os quais o povo se rebelava sempre que surgia a oportunidade.

A partir de Pelúcio, a frota e o exército macedônios prosseguiram pelo rio Nilo em direção a Mênfis. A guarnição persa, ciente do apoio popular a Alexandre, não ofereceu resistência significativa. Portanto, o governador persa Mazaces, nomeado pelo rei Dario, antecipou-se e saiu para encontrar Alexandre, oferecendo-lhe 800 talentos de ouro e todos os

⁶ Pelúcio era uma antiga cidade egípcia localizada no leste do delta do Nilo, próximo à fronteira com a Palestina. A cidade desempenhava um papel estratégico devido à sua posição na rota comercial entre o Egito e o Levante. Era uma importante fortaleza e ponto de controle na região, por isso, Alexandre a considerava uma cidade chave a ser conquistada. Sua captura permitiria o acesso à região do delta do Nilo e abriria caminho para o avanço em direção a Mênfis, a capital egípcia.

móveis reais (GREEN, 2013). Além de garantir a sua vida, essa atitude de submissão garantiu a Mazaces um cargo administrativo no novo governo de Alexandre. Com a rendição dos persas, os sacerdotes egípcios reconheceram Alexandre como o governante legítimo e o acolheram como faraó em uma cerimônia solene em 14 de novembro de 332 a.C.

Mapa 1 - Trajetória da campanha de Alexandre, o Grande.



Fonte: Adaptado de Green (2013, p. 249).

A legitimidade do poder de Alexandre, no Egito, foi estabelecida a partir da combinação de dois fatores cruciais. Em primeiro lugar, havia um profundo sentimento de desespero entre o povo egípcio, que estava cansado e ressentido com o domínio opressivo dos persas. Mas, além disso, durante o domínio persa, surgiu uma profecia popular, que afirmava que Nectanebo II, o último faraó nativo do Egito, retornaria após o exílio de 13 anos para vencer os opressores e libertar o povo. Nesse contexto, a chegada de Alexandre foi interpretada de uma maneira que “a população o aceitou, então, como o cumprimento da profecia de Nectanebo, isto é, ele foi publicamente revelado como o filho do faraó, o Nectanebo reencarnado.” (KRAUSE, 2018, p. 32). Essa narrativa mitológica contribuiu para solidificar a posição política de Alexandre como o governante legítimo e como alguém que traria liberdade e justiça ao povo egípcio, conforme a crença no conceito de Maat.

Ao ser coroado faraó, Alexandre adotou muitos dos símbolos e rituais tradicionais egípcios. Ele visitou templos, participou de cerimônias religiosas e fez oferendas aos deuses egípcios. Ao fazer isso, ele se associou com a cultura e a religião locais, reforçando a ideia de que estava trazendo de volta uma era de legitimidade e autenticidade egípcia, em contraste com o domínio estrangeiro dos persas⁷.

⁷ Os egípcios nutriam um orgulho profundo por sua antiga civilização e cultura. Sabendo disso, Alexandre procurou destacar o contraste entre seu próprio regime e o de seus predecessores persas (GREEN, 2013).

Além de obter o apoio popular, Alexandre, o Grande, também empregou estratégias para obter o respeito e consideração da elite egípcia. Ele consultou os sacerdotes em questões religiosas e buscou seu apoio e aprovação. Essa atitude ajudou a persuadir a elite intelectual que passou a ver Alexandre não apenas como um conquistador, mas também como alguém que valorizava sua cultura e tradições. Portanto, para evidenciar o seu compromisso de preservar os aspectos culturais e religiosos que haviam sido danificados durante o domínio persa, Alexandre tomou medidas para a restauração de importantes templos no Egito. Dois desses templos, localizados em Karnak e Luxor, foram identificados como prioridades para a restauração, pois teriam sido destruídos durante o início da invasão persa sob o comando de Cambises II. Após consolidar o apoio das classes egípcias ao seu governo, Alexandre partiu para perseguir seus objetivos estratégicos no território.

Uma das principais razões pelas quais Alexandre direcionou seus esforços para o Egito foi que o país desempenhava um papel estratégico nas rotas de comércio marítimo entre a Ásia e a Europa. Controlar o Egito significaria dominar o fluxo de mercadorias ao longo dessas rotas comerciais vitais, além de cortar as rotas de abastecimento de seus inimigos para fortalecer seu domínio na região. Por isso, ele e seu exército partiram de Mênfis e navegaram por 80 km pelo delta do Nilo até a cidade de Naucratis, que funcionava como um centro comercial internacional. Ao avaliar o valor estratégico de Naucratis, Alexandre buscava entender sua importância econômica e explorar as oportunidades que o controle dessa cidade proporcionaria. Além disso, ao demonstrar interesse em Naucratis, Alexandre enviou uma mensagem clara aos egípcios e aos comerciantes da região de que ele estava disposto a preservar e promover o comércio e a prosperidade econômica do Egito.

Na busca do local ideal para dar início ao seu plano econômico, Alexandre encontrou uma localização considerada muito superior à cidade de Naucratis. O local estava situado na costa do Mediterrâneo numa estreita crista de calcário entre o lago e o mar, em frente à ilha de Faros, e apresentava vantagens geográficas e estratégicas fundamentais para a concretização de sua visão. Foi ali que Alexandre tomou a decisão de fundar a cidade de Alexandria, marcando seu primeiro ato oficial como faraó do Egito (GREEN, 2013).

A gestão como faraó do Egito estava sendo bem sucedida, tanto administrativamente como estrategicamente, garantindo a governabilidade. Porém, Alexandre sabia que poderia alcançar mais. A sua percepção sobre a cultura egípcia levou a buscar algo mais do que um simples governo; ele sabia que poderia ser eternizado como uma divindade encarnada. Para isso, ele decidiu fazer uma peregrinação de 482 km em direção ao deserto líbio para se

consultar com o oráculo⁸ do deus egípcio Amon, localizado no Oásis de Siwa, e obter a confirmação de sua procedência divina.

O primeiro motivo da visita ao Oráculo de Siwa estaria relacionado ao hábito de Alexandre de consultar oráculos antes de empreender grandes conquistas, como ele fez ao consultar o Oráculo de Delfos, na Grécia, antes de partir para a Ásia Menor. O segundo motivo, possivelmente o mais importante, é o prestígio e fama que o Oráculo de Amon havia adquirido no mundo grego (BERNARDINO, 2015). Na mitologia grega, personagens como Perseu e Hércules também haviam procurado orientação em oráculos (TARN, 1948), o que pode ter influenciado a decisão de Alexandre em realizar aquela peregrinação.

Após caminhar por cerca de três semanas em uma jornada perigosa e cheia de dificuldades, Alexandre, acompanhado de um pequeno número de seguidores, chegou no oásis. Ao se dirigir ao templo do oráculo, Alexandre foi calorosamente recebido pelo sumo sacerdote, que o saudou com as palavras tradicionais: "Filho de Amon, Bom Deus, Senhor das Duas Terras" (GREEN, 2013). Não ficou claro se a saudação teria o significado simbólico de confirmar a divindade de Alexandre. Todos os presentes testemunharam essas palavras, porém nenhum deles teve permissão para acompanhar Alexandre em sua consulta ao oráculo e o conteúdo dessa conversa permaneceu em segredo, nunca sendo revelado⁹. Segundo Green (2013), quando ele saiu, tudo o que ele disse em resposta a um coro de perguntas ansiosas foi que ele havia sido informado do que seu coração desejava.

Apesar da confirmação velada e duvidosa, a acolhida do sacerdote e a árdua jornada pelo deserto contribuíram para a construção de um mito em torno da viagem¹⁰ de Alexandre ao Oráculo de Siwa. Esses eventos foram interpretados como sinais divinos, reforçando a ideia de que as divindades estavam guiando e protegendo Alexandre em sua missão (BERNARDINO, 2015). Ao seguir os passos dos heróis gregos e consultar um oráculo egípcio, Alexandre obteve o reconhecimento de sua divindade tanto pelos gregos quanto pelos egípcios.

Após retornar de viagem, Alexandre deu início à fundação oficial da cidade de Alexandria, que se encontrava em construção. Essa jornada e a confirmação de sua natureza

⁸ Na antiguidade, os oráculos eram conhecidos como um local sagrado ou uma pessoa com o dom de transmitir mensagens divinas e fornecer orientação e previsões sobre assuntos importantes, sendo procurados por indivíduos, comunidades e governantes que buscavam obter conhecimento sobre o futuro, tomar decisões ou receber orientações espirituais.

⁹ Os historiadores divergem quanto à intenção de Alexandre na sua peregrinação até o Oráculo de Siwa. Enquanto alguns acreditam na sua ânsia pessoal para esclarecer a origem divina, outros sugerem aquela busca apenas para fins de legitimação como faraó. Dessa forma, até mesmo um conluio com o sacerdote do templo poderia ter ocorrido mediante pagamento.

¹⁰ Alexandre não seguiu pelas rotas regulares até Siwa, normalmente de Cirene e Memphis, e isso fez com que a sua jornada fosse reconhecida como uma aventura. O retorno, porém, foi feito pela rota usual (TARN, 1948).

divina conferiram a Alexandre um status inquestionável de legitimidade que foi percebida ao voltar para a capital Mênfis. Como evidência desse reconhecimento, seu nome começou a ser registrado com escrita hieroglífica “nas paredes dos maiores templos egípcios, tal como os faraós do passado.” (NÓBREGA, 2010, p. 21).

Figura 3 - Nome do faraó Alexandre em escrita hieroglífica.



Fonte: Décamps (2003).

Esses registros reforçavam sua conexão com os deuses e consolidavam sua autoridade divina. Portanto, podemos afirmar que Alexandre não apenas conquistou o território egípcio, mas também a sua cultura e este foi o seu feito mais importante para garantir uma ocupação militar estável, duradoura e sem a necessidade de coerção.

4.4 A manutenção da conquista territorial (OE3)

O objetivo estratégico da conquista do Egito havia sido alcançado com sucesso. Alexandre, o Grande, obteve a confiança da população através da manutenção da ordem social, de acordo com as crenças culturais egípcias baseadas na Maat, e legitimou sua autoridade como faraó. Essa conquista ocorreu em apenas seis meses, de outubro de 332 a abril de 331 a.C. (GREEN, 2013), e então ele seguiu em busca do plano maior de conquistar o mundo antigo.

Como Alexandre sabia do histórico de revoltas durante o governo persa, implementou medidas estratégicas para organizar a administração do território egípcio para evitar insurgências. O princípio fundamental, que determinou a completa separação entre os poderes civil e militar, e delegou a administração efetiva aos egípcios, o que lhe rendeu grande popularidade. Os impostos eram arrecadados por funcionários nativos e qualquer insatisfação

dos camponeses não seria associada a Alexandre. A estrutura administrativa tradicional em que os *nomarcas* governavam as províncias foi mantida. No entanto, como eles não controlavam tropas nem impostos, suas chances de tomar o poder eram limitadas. Essa abordagem de dividir para governar também foi aplicada no âmbito militar (GREEN, 2013).

Após isso, ocorreu a despedida definitiva do faraó Alexandre, que não voltaria mais para o Egito, pois morreria nove anos depois, em 323 a.C., sem deixar herdeiros, o que resultou na divisão do vasto império entre seus generais. Durante cerca de quarenta anos, as diferentes partes do Império Macedônico enfrentaram conflitos pela sucessão ao trono, ficando o general Ptolomeu¹¹ como responsável pelo Egito.

Apesar de Alexandre não ter sobrevivido para ver o resultado de seus feitos no Egito, podemos observar que algumas de suas decisões foram importantes para manter a ocupação territorial com a estabilidade política que os persas nunca atingiram. Além disso, suas realizações estabeleceram as condições ideais para o helenismo¹², uma nova cultura introduzida no Egito, algo bem improvável diante da milenar e consistente cultura egípcia.

Um dos fatores decisivos que permitiram a mescla cultural foi a primeira grande decisão estratégica de Alexandre como faraó. A fundação da cidade de Alexandria baseava-se em sua intenção de desviar para o Egito o próspero fluxo de comércio marítimo do leste do Mediterrâneo, anteriormente centrado na região da Fenícia. Alexandria se tornou a nova capital do Egito durante a dinastia ptolomaica, e sua localização deslocou o eixo de poder de Mênfis, que ficava nas margens do Rio Nilo, para o Mar Mediterrâneo, aproximando fisicamente o mundo grego através das rotas marítimas¹³.

Alexandria se tornou um importante porto para as expedições comerciais e exploratórias que se estendiam pelo Mar Mediterrâneo e além. Os gregos navegaram para o Egito em busca de comércio, mas também para trocar conhecimentos e informações sobre ciência, astronomia, matemática, medicina e outras disciplinas (NÓBREGA, 2010). Por outro lado, os egípcios também foram influenciados pelos gregos. A cultura grega com sua filosofia, arte, literatura e sistema político deixou uma marca duradoura no Egito.

¹¹ Ptolomeu adotou a estratégia de venerar Alexandre como uma divindade, buscando assim o reconhecimento dos egípcios e estabelecendo-se como o seu sucessor legítimo, tornando-se o novo faraó. Ptolomeu também manteve a mesma “fórmula” de governar, respeitando a cultura local, e colheu os frutos que Alexandre deixou.

¹² A cultura helenística é definida como o conjunto de expressões artísticas, literárias, filosóficas e científicas que surgiram e se desenvolveram após a morte de Alexandre, marcando a fusão da cultura grega com influências orientais provenientes dos territórios conquistados (BIAZOTTO, 2013).

¹³ Um símbolo dessa aproximação marítima foi a construção do imponente Farol de Alexandria durante o reinado do faraó Ptolomeu II que chegou a ser a construção mais alta do mundo na época, com mais de 100 metros de altura. Foi considerado como uma das sete maravilhas do mundo antigo.

O helenismo impactou o Egito e influenciou sua arte, arquitetura e religião, mesmo esta última sendo de particular importância para os egípcios. O auge da influência cultural ocorreu com a fundação da Biblioteca de Alexandria que serviu como um centro de aprendizado e intercâmbio intelectual, além de promover a tradução de textos gregos, o que permitiu uma comunicação sinérgica entre as tradições egípcia e grega, aproximando as línguas, enriquecendo a cultura e impulsionando avanços científicos e filosóficos. Essa fusão cultural teve um impacto duradouro no Egito e no mundo antigo como um todo.

Assim, é possível verificar que a manutenção da conquista do Egito por Alexandre, o Grande, ocorreu através de um processo de influência cultural que uniu as culturas gregas e egípcias. O sucesso dessa conquista através da cultura pôde ser evidenciado com a dinastia Ptolomaica que durou por 273 anos até a chegada do Império Romano que, enfim, pôs fim às dinastias egípcias.

4.5 Análise das estratégias de ocupação militar (OE4)

A fim de compreender os fatores culturais que desempenharam um papel significativo no sucesso da ocupação militar de Alexandre, o Grande, no Egito, é pertinente realizar uma comparação com o modelo anterior, adotado pelos persas, e relacionar esses eventos à luz do pensamento do historiador militar John Keegan, oferecendo assim um arcabouço teórico para alcançar o objetivo geral proposto.

Embora Keegan tenha escrito extensivamente sobre os conflitos armados, é importante notar que ele não desenvolveu um conjunto específico de teorias da guerra como um sistema completo. Em vez disso, ele apresentou fatos históricos que corroboram suas ideias sobre a natureza da guerra, os efeitos na sociedade e na cultura, que serão descritas através das seguintes premissas elaboradas pelo autor desta pesquisa:

a) Natureza cultural da guerra: Keegan (1995, p. 400) argumentou que “a cultura é um fator determinante fundamental da natureza da guerra” que é moldada por fatores sociais, políticos e históricos. Ele enfatiza a importância das tradições militares, da ética guerreira e das influências culturais na condução e no resultado das guerras.

b) Fatores humanos na guerra: Keegan (1987) destacou o papel fundamental dos indivíduos na guerra, incluindo líderes militares, soldados e suas motivações, habilidades e medos. Ele acredita que entender a experiência humana na guerra é essencial para compreender seu impacto e suas consequências.

c) Guerra como fenômeno social: Keegan (1995) vê a guerra como um fenômeno social que molda e é moldado pela sociedade. Ele analisou o impacto da guerra nas estruturas sociais, nas instituições políticas e na evolução das civilizações ao longo do tempo.

d) Importância do contexto histórico: Keegan (1995) considera o contexto histórico como crucial para a compreensão de qualquer guerra. Ele argumenta que cada conflito é único e as circunstâncias tecnológicas, geográficas e culturais do momento histórico têm um papel importante na determinação de suas características e desdobramentos.

e) Análise do combate: Keegan (1995) também examinou de perto os aspectos práticos do combate, como a tecnologia militar, as táticas empregadas e os efeitos psicológicos da batalha. Ele acredita que uma análise detalhada das operações militares é essencial para entender a dinâmica da guerra.

Neste momento, as informações relativas à pesquisa histórica realizada neste estudo de caso serão organizadas através do seguinte quadro comparativo:

Quadro 2 - Comparação entre as campanhas militares de conquista no Egito.

Aspectos Gerais	Império Persa	Alexandre, o Grande
Contexto Histórico	- Potência imperialista em expansão e manutenção do território conquistado	- Busca pela expansão e consolidação de poder através de conquista territorial.
Objetivo Estratégico no Egito	- Manter sua hegemonia na região - Controle das rotas comerciais e de recursos	- Busca por prestígio e consolidar seu poder na região - Controle das rotas comerciais e de recursos
Liderança	- Autocrática	- Legítima
Táticas e Estratégias	- Coerção e opressão	- Busca do apoio da sociedade
Sistema Político	- Eliminação das lideranças locais de oposição - Administração centralizada no modelo persa (sátrapa)	- Monarquia teocrática (faraó) - Administração compartilhada com a elite local
Medidas econômicas	- Sistematização das finanças - Introdução da moeda persa para a cobrança de impostos	- Desenvolvimento da economia com participação dos comerciantes locais - Fundação de Alexandria
Religião	- Permissão aos cultos locais - Restrições aos rituais - Atos de desrespeito	- Participação em rituais - Reforma de templos - Apoio aos sacerdotes - Legitimidade divina (oráculo)
Impacto na Sociedade	- Manutenção do modelo social persa - Desejo de independência popular	- Associação com mito do mantenedor da ordem cósmica (Maat) - Fusão da cultura grega e egípcia
Estado final e Consequências	- Ocupação violenta - Instabilidade social e insurgências - Perda do poder	- Ocupação sem violência - Difusão da cultura helenística - Dinastia ptolomaica duradoura

Fonte: O autor.

Por conseguinte, os principais aspectos apresentados no Quadro 2 serão agora relacionados com base nas premissas teóricas anteriormente estabelecidas.

Com relação ao contexto histórico e à análise do combate, observa-se que tanto Alexandre quanto o Império Persa compartilhavam contextos e objetivos estratégicos semelhantes. Ambos buscavam expansão territorial, a consolidação do poder e o controle das rotas comerciais e recursos. É importante compreender as semelhanças iniciais para identificar os contrastes que surgiriam nos processos de ocupação militar de cada um.

Considerando as estratégias de liderança e de sistema de governo, verifica-se que os persas, com sua liderança autocrática, tinham uma estrutura de poder centralizada que limitava a flexibilidade e a capacidade de adaptação às diferentes culturas e tradições dos povos conquistados. Isso resultou em dificuldades na governança efetiva dos territórios conquistados. Por outro lado, Alexandre adotou uma abordagem diferente, buscando estabelecer legitimidade por meio da assimilação e incorporação das tradições locais. Ele reconheceu a importância de respeitar as culturas e as crenças dos povos conquistados, o que contribuiu para a aceitação e o apoio dessas populações.

Na ótica da premissa de que a guerra é um fenômeno social, Keegan (1995) enfatiza a ideia de que a guerra seguia o modelo estabelecido pela sociedade, influenciando as estruturas sociais, políticas e a evolução das civilizações ao longo do tempo. Com um ponto de vista mais flexível e inclusivo, Alexandre estabeleceu governos híbridos, com a participação da elite egípcia, proporcionando-lhe uma base sólida de apoio e garantindo uma ocupação mais estável e duradoura das terras conquistadas.

Considerando o aspecto econômico, os impactos na sociedade também foram diferenciados de acordo com a abordagem cultural. A cultura persa valorizava a ordem e a eficiência que se refletiu nas medidas econômicas adotadas. A introdução de uma moeda unificada facilitou a coleta de impostos e promoveu a estabilidade financeira, permitindo um melhor controle e fluxo de recursos dentro do império. Essas medidas foram motivadas pela necessidade de financiar a máquina de guerra e manter o império funcionando eficientemente, sem valorizar o desenvolvimento econômico local.

Alexandre, por outro lado, adotou uma abordagem que visava o desenvolvimento econômico do Egito e a participação dos comerciantes locais. Ao fundar a cidade de Alexandria, ele buscou estimular o comércio e atrair comerciantes de diferentes regiões com objetivo de estabelecer uma economia próspera. Com o posterior deslocamento do centro de poder com a mudança de capital, que se encontrava em Mênfis, para Alexandria, resultaria em

um prestigioso centro econômico, político e cultural no período ptolomaico, que propiciou uma fusão profunda da cultura egípcia com a grega.

De acordo com a premissa sobre a natureza cultural da guerra, verifica-se que um fator que potencializou as tensões com a ocupação persa foi a religião, pois estava intrinsecamente ligada à vida cotidiana, à política e à organização social. Em geral, houve uma política de permissão aos cultos locais, embora algumas restrições aos rituais tenham sido impostas e atos de desrespeito religioso ocorreram por parte de seus conquistadores. No caso de Alexandre, sua abordagem foi diferente. Ele participava ativamente dos rituais religiosos, demonstrando respeito e apoio à religião egípcia. Além disso, ele promoveu a reforma de templos e apoiou os sacerdotes, reconhecendo a sua importância na estrutura religiosa e social do Egito. Alexandre, também, buscou a legitimação divina por meio da peregrinação ao oráculo de Siwa e, dessa forma, fortaleceu sua posição como governante. Essas ações demonstraram a sua compreensão da importância da religião e da cultura, e ele utilizou-as como uma estratégia para garantir o apoio dos egípcios e estabelecer a sua autoridade.

Enfim, a análise comparativa do OE4 revela claramente a presença de cinco fatores culturais significativos que exerceram influência sobre a estratégia de ocupação militar:

a) Religião: A compreensão e o respeito pela religião local podem ser essenciais para obter a aceitação e apoio da população. Participar de rituais, apoiar os líderes religiosos e respeitar as crenças e práticas locais podem ajudar a estabelecer uma base sólida de confiança.

b) Tradições e costumes: O conhecimento e o respeito pelas tradições e costumes locais ajudam a conquistar a confiança e a aceitação popular. Isso implica em compreender a estrutura social, os valores, as práticas culturais e os costumes específicos da comunidade.

c) Identidade nacional e cultural: Reconhecer e valorizar essas identidades pode ajudar a criar um senso de pertencimento e a mitigar a resistência. Preservar aspectos importantes da cultura local, promover intercâmbios culturais e permitir certa autonomia cultural, podem ser estratégias eficazes.

d) Educação e idioma: Investir em programas educacionais, como no exemplo da Biblioteca de Alexandria, e incentivar a comunicação através da língua local, podem promover a compreensão mútua, facilitar a integração cultural e melhorar as perspectivas de colaboração e cooperação entre a população conquistada e os ocupantes.

e) Políticas de governo: Implementar políticas que garantam a participação da população local no governo e na tomada de decisões. Isso inclui permitir a representação política, promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e respeitar os direitos e a autonomia da comunidade conquistada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das estratégias militares de figuras históricas como Napoleão Bonaparte, é possível compreender a influência significativa que esses líderes exerceram sobre os principais teóricos clássicos e contemporâneos da guerra. Um dos eminentes influenciadores ancestrais foi Alexandre, o Grande, que empregou estratégias brilhantes para efetivar as suas conquistas no mundo antigo. Um exemplo notável de seu talento estratégico foi eternizado no advento da conquista do Egito, quando ele conseguiu estabelecer sua autoridade sem recorrer à violência direta, adotando abordagens de influência cultural. Diante disso, o mencionado evento histórico despertou o interesse deste autor de investigar como a estratégia adotada por Alexandre permitiu a ocupação do território egípcio sem recorrer ao uso da força ou coerção.

Com base na hipótese de que compreender a cultura do oponente é uma habilidade essencial para atingir objetivos estratégicos em tempos de guerra, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como a estratégia de abordagem cultural adotada por Alexandre, o Grande, contribuiu para a conquista pacífica do Egito Antigo.

Ao examinar a estrutura social do Egito, com ênfase no papel do faraó como responsável pelo equilíbrio e ordem na sociedade, foi possível compreender a forma como os egípcios reconheciam a legitimidade de um líder fundamentado na crença em Maat. Além disso, por meio da pesquisa histórica, investigaram-se os motivos que levaram ao sucesso da ocupação do Egito por Alexandre, assim como os fracassos anteriores do Império Persa. Ao comparar as estratégias adotadas e relacioná-las à teoria de John Keegan, identificaram-se fatores culturais específicos que influenciaram o êxito do líder macedônio, tais como: religião, tradições, costumes, identidade nacional e cultural, educação, idioma e políticas de governo.

O resultado apresentado pela análise é validado pelo pensamento de Keegan (1995) sobre como a capacidade de compreensão da cultura militar e social do inimigo pode permitir a adaptação de táticas e estratégias, a conquista de aliados e, em última instância, a vitória na guerra. Demonstra-se que compreender as diferenças culturais entre as sociedades em conflito pode trazer vantagens no campo de batalha, além de ter um impacto significativo no estado final desejado da guerra, evitando ou reduzindo o custo humano em termos de vidas perdidas.

No entanto, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. O principal desafio enfrentado foi a escassez de fontes primárias que abordassem os relatos históricos dos eventos ocorridos no século IV a.C. Esses relatos foram registrados apenas nos séculos I e II d.C., muito tempo após os acontecimentos. Além disso, o resultado foi limitado devido à ausência

de um conjunto específico de teorias sistematizadas sobre a guerra por parte de John Keegan, sendo a análise realizada por meio de premissas baseadas em seu amplo pensamento teórico.

Em suma, entende-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que foram compreendidos os fatores culturais fundamentais para o alcance dos objetivos estratégicos desejados no caso proposto. Assim, é possível identificar paralelos relevantes e aplicar as lições aprendidas no passado para enfrentar os desafios atuais.

Ao confirmar a hipótese inicial, esta pesquisa contribui para aprimorar a consciência situacional dos líderes da FAB em relação a questões culturais que podem influenciar no planejamento estratégico em ambientes complexos, como regiões remotas do território nacional que possuam presença indígena ou quilombola, bem como em países estrangeiros, incluindo a participação em missões de paz pela Organização das Nações Unidas (ONU), no intuito de promover o diálogo e a colaboração com diversos grupos étnicos e culturais e evitar conflitos desnecessários.

Finalmente, nessa linha de pensamento, Keegan (1995, p. 405) reforça que “os pacificadores e mantenedores da paz do futuro têm muito a aprender com culturas militares alternativas, não só do Oriente, mas também do mundo primitivo”. Um exemplo ocorreu com a participação do contingente militar brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O treinamento de questões culturais durante a fase de preparo da tropa refletiu em um excelente desempenho no trato com os haitianos, que se identificaram com as atitudes, valores, moral, ética e sensibilidade dos militares brasileiros, o que tornou a presença da força militar brasileira bem aceita no país (LEITE; MITRE, 2023). A destacada atuação das Forças Armadas brasileiras em comparação com outras tropas internacionais naquela ocasião pode ser reproduzida nas operações da FAB por meio de um preparo focado nos fatores identificados a partir dos resultados deste estudo de caso.

Além disso, esta pesquisa com base na influência da cultura na guerra também colabora para futuros estudos relacionados à Guerra de Quinta Geração (5GW)¹⁴, cuja teoria ou conceito ainda são prematuros e continuam sendo discutidos entre teóricos de segurança e de estratégia militar. A princípio, esse tipo de guerra pode ser interpretado como uma forma de conflito tecnológico que se baseia na persuasão e influência, em substituição da força física, na qual a batalha é travada ideologicamente e a cultura é considerada como uma das principais ferramentas de confronto.

¹⁴ A sigla "5GW" na Guerra de Quinta Geração se refere a "*Fifth-Generation Warfare*" em inglês. Segundo Reed (2008) não há uma definição comumente aceita para esse tipo de guerra.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- BAINES, J. Literacy and Ancient Egyptian Society. **Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 572-599, 1983.
- BERNARDINO, D. A questão da divinização de Alexandre Magno em sua visita ao oráculo de Siva (331 a.C.). **Revista Alétheia**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 41-49, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/aletheia/article/view/6636>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BIAZOTTO, T. A. Construindo a Helenização: interações culturais entre greco-macedônios e autóctones nas obras de Droysen, Jouguet e Momigliano. **Revista Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 111-131, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clioclio/article/download/40430/24669>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BOSCH-PUCHE, F. The Egyptian Royal Titulary of Alexander the Great, I: Horus, Two Ladies, Golden Horus, and Throne Names. **The Journal of Egyptian Archaeology**, [s. l.], v. 99, p. 131-154, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24644930>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.
- BRESCIANI, E. The Persian Occupation of Egypt. In: GERSHEVITCH, I. (ed.). **The Cambridge History of Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 502 - 528.
- CARDOSO, C. F. A teologia régia: o faraó segundo a ideologia monárquica do antigo Egito. **Revista Maracanan**, [S.l.], v. 9, n. 9, p. 31-54, 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12749>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, C; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASANOVA, I. R. El Faraón, Los Dioses y El Orden del Mundo. **Revista Arte, Arqueología e Historia**, Córdoba, ed. 22, p. 161-168, 2016.
- CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. Tradução de J. J. C. de Macedo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.
- DÉCAMPS, C. **Horloge à eau ; fragment: -332 / -309(?)** (Alexandre le Grand; Alexandre II Aegos). Paris: Museu do Louvre, 2003. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010011076>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- FERGUSON, R. J. The ancient Egyptian concept of Maat: Reflections on social justice and natural order. **Research paper series: Centre for East-West Cultural & Economic Studies**, Queensland, n. 15, 2016. Disponível em:

https://pure.bond.edu.au/ws/portalfiles/portal/25238910/The_ancient_Egyptian_concept_of_Maat_Reflections_on_social_justice_and_natural_order.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

FORGET, Y. **The Pharaoh Tutankhamun destroying his enemies**. Le Musée absolu 2012. 1 fotografia, color. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Pharaoh_Tutankhamun_destroying_his_enemies.jpg. Acesso em: 1 jun. 2023.

FOWLER, E. S. **Culture and Military Effectiveness: How Societal Traits Influence Battle Outcomes**. [S. l.]: Old Dominion University, 2016. ISBN 9781339758343. DOI 10.25777/fnbr-nx39. Disponível em: https://digitalcommons.odu.edu/gpis_etds/6/. Acesso em: 28 abr. 2023.

FROOD, E. Social structure and daily life: pharaonic. In: LLOYD, A. B. (Org.). **A companion to ancient Egypt**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/1915189/Social_structure_and_daily_life_pharaonic_in_A_companion_to_ancient_Egypt_. Acesso em: 10 maio 2023.

GREEN, P. **Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A Historical Biography**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2013.

HORRIGAN, S. W. **Rethinking Cultural Influences on Warfare**. Fort Leavenworth: U.S. Army Command and General Staff College Press, 2012. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA566183.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

KEEGAN, J. **The Mask of Command: A Study of Generalship**. Nova York: Penguin Books, 1987.

KEEGAN, J. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAUSE, S. G. **Heroico, bastardo e divino: a deificação da figura mítica de Alexandre o Grande e a relação com sua paternidade egípcia**. 2018. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25395>. Acesso em: 18 maio 2023.

LEITE, C. A.; MITRE, A. S. A cultura estratégica do Brasil aplicada ao Haiti como estudo de caso: uma breve interpretação. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 17, n. 58, p. 135-153, 2023. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/9375>. Acesso em: 05 jun. 2023.

LEMONS, T. T. Contra Clausewitz. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011. XXVI Simpósio Nacional de História.

LIND, W. S.; NIGHTENGALE, K.; SCHMITT, J. F.; SUTTON, J. W.; WILSON, G. I. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, [s. l.], p. 22-26, 1989.

LOUREIRO, M. J. G.; RIBEIRO, P. H. S. Guerra, cultura e ludicidade: um diálogo entre civilização e barbárie em Clausewitz, Keegan e Huizinga. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 302-329, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/34744/pdf_1. Acesso em: 28 abr. 2023.

MOLINERO, M. A.; SOLA, D. **Arte y sociedad del Egipto antiguo**. Madrid: Encuentro Ediciones, 2000.

MORAIS, L. L. A.; FIGUEIREDO, M. A. M. Filosofia e Estratégia Militares: Um paralelo entre Alexandre, o Grande e Sun Tzu. **Revista Historiador**, [S. l.], n. 11, 2018. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/206>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NÓBREGA, A. L. **A campanha de Alexandre Magno ou como se dominava o mundo 300 anos antes de Cristo**. Bicas, MG: AEITA, 2010. E-book. Disponível em: <http://www.aeitaonline.com.br/wiki/images/0/06/T63-Nobrega-Alexandre-Magno.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

O'BRIEN, J. M. **Alexander the Great: The Invisible Enemy - A Biography**. Londres: Routledge, 1994.

PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

REED, D. J. Beyond the War on Terror: Into the Fifth Generation of War and Conflict. **Studies in Conflict & Terrorism**, Colorado Springs, v. 31, p. 684-722, 14 ago. 2008. DOI <https://doi.org/10.1080/10576100802206533>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10576100802206533?journalCode=uter20>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RODRIGUES, R. C. Alexandre, “O Grande” e a informação para o planejamento estratégico. **Revista Informação & Sociedade**, v 17, n. 2, p. 63-71, 2007. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/668>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SANTOS, D. L. S. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

SILVA, M. A. O. Alexandre, o Grande, na escrita biográfica de Plutarco. **Studies on the Classical Tradition**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 155–184, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/figura/article/view/13873..> Acesso em: 28 abr. 2023.

TARN, W. W. **Alexander the Great: Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1948.

WORTHINGTON, I. How ‘Great’ Was Alexander?. **Ancient History Bulletin**, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 39-55, 1999. Acesso em: 28 abr. 2023.